



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

1 Em 24 de novembro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de  
2 Proteção Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB) do Conselho  
3 Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência  
4 realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
5 Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e  
6 suplentes: a Presidente Suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão,  
7 representante da SEMAD. Representantes do poder público: Leorges de  
8 Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV);  
9 Marianna Reis Victoria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
10 Econômico (SEDE); Felipe Dutra de Resende, da Secretaria de Estado de  
11 Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA); Juliana Ordones Rego, do  
12 Conselho Regional de Biologia (CRBio) - 4ª Região; Junio Augusto dos  
13 Santos Silva, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos  
14 Naturais Renováveis em Minas Gerais (IBAMA); Emílio Elias Mouchrek  
15 Filho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
16 (CREA). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti,  
17 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Adriano  
18 Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais  
19 (CMI); Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da Associação Mineira de  
20 Defesa do Ambiente (AMDA); Edson Valgas de Paiva, da Fundação  
21 Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Leovegildo Soares de  
22 Souza, da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais (OAB);  
23 Alexandre Túlio Amaral Nascimento, da Universidade do Estado de Minas  
24 Gerais (UEMG). **Assuntos em pauta. 1. EXECUÇÃO DO HINO**  
25 **NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
26 “Bom dia Senhores Conselheiros, bom dia Senhoras Conselheiras.  
27 Servidores, aqueles que nos acompanham pelo canal do Youtube, nós já  
28 temos 100% de quórum, assim eu declaro aberta a 66ª Reunião Ordinária  
29 da Câmara de Proteção a Biodiversidade das Áreas Protegidas - CPB do  
30 Conselho de Política Ambiental no dia 24 de novembro, às 9h17mim.  
31 Convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional.” **2. ABERTURA.**  
32 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mais uma vez bom dia a todos,  
33 que Deus abençoe a nossa reunião. Vou ler para os senhores o  
34 Memorando Semad Gabinete SE/COPAM 217/2021 para os Conselheiros  
35 da Câmara de Proteção a Biodiversidade de Áreas Protegidas - CPB do  
36 Conselho de Política Ambiental. Assunto, presidência da 66ª Reunião  
37 Ordinária da Câmara de Proteção a Biodiversidade de Áreas Protegidas.



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

38 Referência, Processo 13700114149/2020-42. Senhores Conselheiros,  
39 diante da impossibilidade de comparecimento do titular e primeiro  
40 suplente, representantes da SEMAD junto à Câmara de Proteção a  
41 Biodiversidade de Áreas Protegidas - CPB do Conselho de Política  
42 Ambiental – COPAM conforme composição estabelecida pela Deliberação  
43 1554 de 06 de abril de 2020, indico o Senhor Yuri Rafael de Oliveira  
44 Trovão, Diretor Regional de Controle da SUPRAM Norte para presidir a  
45 66ª reunião ordinária da CPB COPAM que será realizada no dia 24 de  
46 novembro de 2021, às 9 horas inteiramente digital, seguindo as  
47 deliberações do Comitê Extraordinário do Covid-19 além das demais  
48 normas relacionadas as ações do combate a pandemia gerada pelo novo  
49 Coronavírus. Atenciosamente, Valéria Cristina, Secretária Executiva do  
50 Conselho Estadual de Política Ambiental.” **3. COMUNICADO DOS**  
51 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de  
52 Oliveira Trovão: “Com a leitura do memorando eu passo ao item 03,  
53 comunicados. Comunicados Conselheiros e assuntos gerais. Algum  
54 Conselheiro quer fazer uso da palavra? Nós temos dois inscritos para esse  
55 item. Senhora Daniele Almeida. Ainda não estão na sala? Entre em  
56 contato com os dois, por favor. Eu vou aproveitar e passar a palavra para  
57 a Vânia. Só lembrando em relação ao curso para os Conselheiros que já  
58 está disponível, tenho que é imprescindível a realização por vossas  
59 senhorias. Só peço um momento Senhores Conselheiros, que a gente está  
60 tentando entrar em contato aqui com as duas pessoas que se inscreveram  
61 no item 03. Nós estamos tentando entrar em contato aqui com a Senhora  
62 Daniele Almeida e Marcos. Tem várias pessoas entrando com marca de  
63 celular, tipo Iphone, Galaxy S3. As pessoas tem que colocar o nome, se  
64 identificar pelo nome conforme foi feito a inscrição senão a gente não  
65 consegue identificar. Bem, nós tentamos aqui. Qualquer coisa a gente  
66 tenta entrar em contato com eles posteriormente, já que não há nenhum  
67 destaque pelos Senhores Conselheiros, eu vou passar para operação  
68 exame da ata.” **4. EXAME DA ATA da 65ª RO de 27/10/2021.** Presidente  
69 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Exame da ata da 65ª reunião ordinária de  
70 27/10/2021. Senhores Conselheiros, algum destaque? Também não há  
71 destaque na ata. Coloco em votação. Como vota a SEGOV?” Conselheiro  
72 Leorges de Araújo Rodrigues: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
73 Oliveira Trovão: “Como vota a SEDE?” Conselheira Marianna Reis  
74 Victoria: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

75 “Como vota a SEINFRA?” Conselheiro Felipe Dutra de Resende: “Voto  
76 favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CRBio?”  
77 Conselheira Juliana Ordones Rego: “Voto favorável.” Presidente Yuri  
78 Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota o IBAMA?” Conselheiro Junio  
79 Augusto dos Santos Silva: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
80 Oliveira Trovão: “Como vota o CREA?” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek  
81 Filho: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como  
82 vota FIEMG?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.”  
83 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CMI?” Conselheiro  
84 Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
85 Oliveira Trovão: “Como vota a AMDA?” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes  
86 Vieira da Silva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
87 “Como vota a Relictos?” Conselheiro Edson Valgas de Paiva: “Favorável.”  
88 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A OAB, Senhor Leovegildo  
89 votou aqui pelo chat, falou que está com dificuldade com o microfone,  
90 então ele está votando favorável. Como vota a UEMG?” Conselheiro  
91 Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Voto favorável.” Presidente Yuri  
92 Rafael de Oliveira Trovão: “Então a ata aprovada por 12 (doze) votos  
93 favoráveis. Senhores Conselheiros, conforme Regimento Interno, artigo  
94 27, os pedidos de inversão e retiradas do ponto de pauta, deverão ser  
95 realizados após a votação da ata.” **PEDIDOS DE INVERSÃO E**  
96 **RETIRADA DE PAUTA.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Vou  
97 retirar de pauta o item **9.1**, era um retorno de vistas, mas eu vou retirar ele  
98 de pauta e vou justificar o motivo. O **9.1** é o Plano de Manejo da APA  
99 Vargem das Flores. Seria de apresentação de desemboco do IEF, era o  
100 retorno de vistas aí pelos Conselheiros Adriano Manetta, pelo Conselheiro  
101 Luiz Gustavo, pelo Thiago e pela (áudio ruim). Por esses Conselheiros  
102 então, eu estou retirando de pauta. Houve uma recomendação do  
103 Ministério Público. Eu vou ler para os senhores. Ministério Público do  
104 Estado de Minas Gerais, Promotoria de Justiça e Defesa do Meio  
105 Ambiente e Patrimônio Histórico, Cultural e Habitação e Urbanismo. Ofício  
106 515-PJHU/2020 referência ACP 610916895.2015-8.1300/24.  
107 Recomendação 03/2021. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
108 no desempenho de suas funções e defensor da ordem jurídica vigente no  
109 zelo pelo efetivo respeito aos poderes públicos e serviços de relevância  
110 pública e aos direitos assegurados na Constituição Federal, entre eles,  
111 direito fundamental a preservação do meio ambiente por seu aspecto



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

112 natural e cultural, em benefício das presentes e futuras gerações previsto  
113 no artigo 225 e da ordem econômica com amparo legal no artigo 27,  
114 parágrafo único da Lei 8625/93 e por intermédio da Promotoria de Justiça  
115 ao final assinado. E vem, considerando, eu não vou ler aqui para os  
116 senhores todos os considerandos aqui fala em relação ao artigo 25. Em  
117 relação a lei federal do Ministério Público, da 699/85. Então eu já vou  
118 passar aqui e posteriormente a gente encaminha para os senhores  
119 Conselheiros e aqueles que tiverem interesse, eu vou ler aqui já a parte da  
120 disposição. Após os considerandos, resolve recomendar ao IEF – Instituto  
121 Estadual de Florestas e a CPB, na pessoa da sua presidente Maria Amélia  
122 de Coni e Moura Mattos Lins, a adequação do plano e manejo em fase de  
123 análise da aprovação pela CPB para fins de preservação do manancial da  
124 Vargem das Flores levando em consideração os documentos anexos.  
125 Estes documentos estão anexos no Processo 06, senhores. Eficácia da  
126 recomendação. A presente recomendação dá ciência e constitui em mora  
127 os destinatários, inclusive Conselheiros da CPB quanto as providências  
128 solicitadas e poderá implicar em adoção de todas as providências  
129 administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão em desfavor  
130 dos responsáveis inertes em face a violação dos dispositivos legais acima  
131 referenciados. Nos termos do parágrafo 04, do artigo 27 da Lei Federal  
132 8625/93 o Ministério Público de Minas Gerais requisita aos recomendados  
133 no prazo de 15 dias informações escritas sobre o acolhimento da presente  
134 recomendação e sobre as respectivas providências adotadas ou não  
135 sendo este caso, apresentação de justificativa fundamentada para o seu  
136 não atendimento nos termos do inciso IV do artigo 27 da Lei Federal 8625  
137 requisita e recomenda a Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins dar  
138 conhecimento da presente recomendação e os respectivos anexos aos  
139 membros da CPB antes da 66ª reunião, marcada para o dia 24/11/2021.  
140 Arquite-se a recomendação na pasta pertinente do sistema de arquivos da  
141 16ª Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo da Capital, Belo  
142 Horizonte, 21 de novembro de 2021, Marta Alves Larcher, Promotora de  
143 Justiça, que assina esse ofício, também assina o presente o Leonardo  
144 Cássio Maia que também é promotor de justiça. Com essa recomendação  
145 recebi na data de ontem pelo IEF entendeu-se melhor retirar o processo  
146 de pauta para providenciar resposta ao MP e posterior retorno a este  
147 Conselho. Então por esses motivos retiro o item 9.1 de pauta. Saliento que  
148 aqueles que se inscreveram para o respectivo item deverão se inscrever



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

149 caso queiram, caso entendem necessário quando ele for novamente  
150 pautado. Assim não haverá discussão do item **9.1**. Vou passar para o  
151 exame dos processos deliberativos.” **PROCESSOS DELIBERATIVOS.**  
152 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Questiono aos Senhores  
153 Conselheiros se alguém se dá por suspeito ou impedido de que trata a Lei  
154 14.184 ou mesmo a Deliberação Normativa 177?” Conselheiro Luiz  
155 Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Senhor Presidente.” Presidente Yuri  
156 Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não.” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes  
157 Vieira da Silva: “A AMDA está impedida dos itens 07 e 08.” Presidente Yuri  
158 Rafael de Oliveira Trovão: “07 e 08?” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes  
159 Vieira da Silva: “Isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “7.1 que  
160 o senhor se refere, Luiz Gustavo?” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira  
161 da Silva: “Isso. 7.1 e 8.1.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.  
162 Mais algum Conselheiro? Não? Então vou ler a pauta como um todo e  
163 havendo destaque por favor se manifestem.” **5. PROCESSOS**  
164 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL,**  
165 **CONFORME POA 2021.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
166 “Processos administrativos para exame de compensação ambiental  
167 conforme OA/2021, **5.1**, Organizações Francap S.A./Fazenda São  
168 Francisco e Santo Antônio - Avicultura de Corte (1.980.000 cabeças);  
169 Criação de ovinos, caprinos, bovinos de corte e búfalos de corte  
170 (extensivo) (2.600 cabeças); Culturas anuais, excluindo olericultura (150  
171 hectares) - Pará de Minas e São José da Varginha/MG - PA/Nº  
172 10556/2012/002/2016 - SEI/Nº 2100.01.0023970/2021-06 - Classe 4.  
173 Apresentação: GCARF/IEF. BAIXADO EM DILIGÊNCIA em 27/10/2021.  
174 Ele foi baixado em diligência e está retornando, então esse processo aqui  
175 já tem uma manifestação da GCARF. Mais algum destaque por parte dos  
176 Senhores Conselheiros? Então somente a manifestação. **5.2**, Votorantim  
177 Metais e Zinco S.A. - Lavra a céu aberto em área cárstica com ou sem  
178 tratamento de minério; Obras de infraestrutura (pátios de resíduos,  
179 produtos e oficinas); Pilhas de rejeito/estéril; Estradas para transporte de  
180 minério/estéril; Subestação de energia elétrica - Paracatu/MG - PA/Nº  
181 0004/1979/039/2014 - SEI/Nº 2100.01.0014431/2021-24 - Classe 5.  
182 Apresentação: GCARF/IEF. Algum destaque Senhores Conselheiros? Ok.  
183 Então esse nós votaremos em bloco.” **6. PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
184 **PARA EXAME DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DECORRENTES DO**  
185 **CORTE E/OU SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA PERTENCENTE**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

186 **AO BIOMA MATA ATLÂNTICA.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
187 Trovão: “Item 06, Processo Administrativo para exame de Compensação  
188 Ambiental decorrentes do corte e/ou supressão de vegetação nativa  
189 pertencente ao bioma Mata Atlântica. Item 6.1, Solaris Transmissão de  
190 Energia S.A./Linha de Transmissão Pirapora Três Marias - Linhas de  
191 transmissão de energia elétrica - Pirapora, Buritizeiro, São Gonçalo do  
192 Abaeté e Três Marias/MG - PA/SLA/Nº 5220/2020 - Processo de  
193 Intervenção Ambiental SEI/Nº 1370.01.0049394/2020-94 - Classe 4.  
194 Apresentação: Suppri. Algum destaque Senhores Conselheiros? Não?  
195 Então vai para o bloco.” **7. PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AOS**  
196 **RECURSOS ADVINDOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL RELATIVOS**  
197 **AO PERÍODO DE 2020, DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO**  
198 **ROLA-MOÇA.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Item 07,  
199 prestação de contas referente aos recursos advindos da compensação  
200 ambiental relativos ao período de 2020. Parque Estadual da Serra do Rola  
201 Moça. Item 7.1, Prestação de Contas do Parque Estadual da Serra do  
202 Rola-Moça referente aos recursos advindos da Compensação Ambiental  
203 relativos ao período de 2020. Empreendimento Mina de Capão  
204 Xavier/VALE. Apresentação: Gerente do Parque Estadual da Serra do  
205 Rola Moça. Algum destaque? Temos inscritos de forma independente?  
206 Nós temos inscritos de forma independente. Então esse aqui não vai.” **8.**  
207 **PLANO DE TRABALHO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE**  
208 **COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS**  
209 **TERMOS DO INCISO XIII, DO ARTIGO 13, DO DECRETO ESTADUAL**  
210 **Nº 46.953/2016.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Item 08, Plano  
211 de Trabalho para destinação de recursos de compensação ambiental para  
212 análise e deliberação, nos termos do inciso XIII, do artigo 13, do Decreto  
213 Estadual nº 46.953/2016. Item 8.1, Plano de trabalho 2021 para aplicação  
214 de recursos advindos do Termo de Compromisso firmado com a Vale S.A.,  
215 Minerações Brasileiras Reunidas S.A. (MBR) e o Instituto Estadual de  
216 Florestas (IEF) em cumprimento de medida de condicionante do  
217 licenciamento ambiental do empreendimento Mina de Capão Xavier.  
218 Apresentação: Gerente do Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Algum  
219 destaque? Temos inscritos? Sem destaque e sem inscritos. Então esse vai  
220 para o bloco.” **9. PLANOS DE MANEJO DE UNIDADES DE**  
221 **CONSERVAÇÃO PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO**  
222 **INC. IV, DO ART. 13, DO DECRETO ESTADUAL Nº 46.953/2016.**



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

223 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Item 09, 9. Planos de Manejo  
224 de Unidades de Conservação para análise e deliberação, nos termos do  
225 inc. IV, do art. 13, do Decreto Estadual nº 46.953/2016. Em relação ao item  
226 **9.1**, Plano de Manejo da APA Vargem das Flores. Apresentação:  
227 GCMUC/IEF. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Adriano  
228 Nascimento Manetta representante da Câmara do Mercado Imobiliário de  
229 Minas Gerais (CMI-MG), Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva, da  
230 Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda) e Thiago Rodrigues  
231 Cavalcanti, representante da Federação das Indústrias do Estado de  
232 Minas Gerais (Fiemg). Eu retirei de pauta. Item **9.2**, Revisão do Plano de  
233 Manejo Monumento Natural Gruta Rei do Mato. Apresentação:  
234 GCMUC/IEF. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Adriano  
235 Nascimento Manetta representante da Câmara do Mercado Imobiliário de  
236 Minas Gerais (CMI-MG) e Thiago Rodrigues Cavalcanti, representante da  
237 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Nós temos  
238 um retorno de vistas. Então esse não irá para o bloco. Item **9.3**, Revisão  
239 do Plano de Manejo (uso público e zoneamento) do Parque Estadual do  
240 Pico do Itambé. Apresentação: GCMUC/IEF. RETORNO DE VISTAS pelos  
241 conselheiros Adriano Nascimento Manetta representante da Câmara do  
242 Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-MG) e Thiago Rodrigues  
243 Cavalcanti, representante da Federação das Indústrias do Estado de  
244 Minas Gerais (Fiemg). Também um retorno de vistas pelos Conselheiros  
245 ali nomeados também. Nós já temos destaque nesse ponto. E nós temos  
246 também inscritos. Item **9.4**, Revisão do Plano de Manejo (uso público e  
247 zoneamento) do Parque Estadual do Biribiri. Apresentação: GCMUC/IEF.  
248 RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Adriano Nascimento Manetta  
249 representante da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI-  
250 MG) e Thiago Rodrigues Cavalcanti, representante da Federação das  
251 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Nós temos também um  
252 retorno de vistas. Então nós já temos destaque nesse item. Item **9.5**, Plano  
253 de Manejo do Parque Estadual Caminhos dos Gerais. Apresentação:  
254 GCMUC/IEF. Algum destaque dos Conselheiros? Doutor Thiago, pois  
255 não?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Eu vou pedir vista do  
256 item 9.5 para avaliação das regras da zona de amortecimento.” Presidente  
257 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok, Doutor Thiago. Mais algum outro  
258 Conselheiro acompanha?” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da  
259 Silva: “Também gostaria de solicitar o pedido de vistas.” Conselheiro



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

260 Adriano Nascimento Manetta: “Senhor Presidente, pedido de vistas pela  
261 mesma razão também.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
262 “Justifica, por favor, Luiz Gustavo brevemente.” Conselheiro Luiz Gustavo  
263 Nunes Vieira da Silva: “Gostaria de fazer uma análise sobre a questão  
264 fundiária e adianto que gostaria de solicitar vistas também dos próximos  
265 planos de manejo seguintes. Talvez adiantaria o processo.” Presidente  
266 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Doutor Thiago. Doutor Thiago e  
267 Manetta, se vocês também vão querer vistas, eu só vou ler e já vou passar  
268 que foram vistas dos senhores também.” Conselheiro Thiago Rodrigues  
269 Cavalcanti: “Presidente, exceto no item 9.7 e no item 9.10. No restante,  
270 vista pelos mesmos motivos do item 9.5” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
271 Trovão: “Ok. Manetta?” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Senhor  
272 Presidente, vista também, assim como o Conselheiro da FIEMG, excluindo  
273 os itens 9.7 e 9.10 pelos mesmos motivos da questão da zona de  
274 amortecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Algum  
275 outro Conselheiros acompanha? Então o 9.5, vistas, FIEMG, CMI e AMDA.  
276 **9.6**, Plano de Manejo do Parque Estadual Campos Altos. Apresentação:  
277 GCMUC/IEF. Vistas em conjunto, FIEMG, CMI e AMDA. Justificativas já  
278 realizadas. Item **9.7**, Plano de Manejo do Parque Estadual Sagarana.  
279 Apresentação: GCMUC/IEF. Vistas apenas da AMDA. Item **9.8**, Plano de  
280 Manejo do Parque Estadual Lapa Grande. Apresentação: GCMUC/IEF.  
281 Vistas em conjunto FIEMG, CMI e AMDA já com as suas justificativas. Item  
282 **9.9**, Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual Serra das  
283 Aroeiras. Apresentação: GCMUC/IEF. Vistas em conjunto FIEMG, CMI e  
284 AMDA, justificativas já expostas. Item **9.10**, Revisão do Plano de Manejo  
285 (uso público e zoneamento) do Parque Estadual do Rio Doce.  
286 Apresentação: GCMUC/IEF. Vistas apenas do Conselheiro da AMDA. Item  
287 **9.11**, Plano de Manejo do Parque Estadual Serra da Candonga.  
288 Apresentação: GCMUC/IEF. Vistas em conjunto FIEMG, CMI e AMDA,  
289 justificativas já realizadas.” **10. RECEITA DA COMPENSAÇÃO DO SNUC**  
290 **NO PERÍODO DE 2018 A 2021. APRESENTAÇÃO: IEF.** Presidente Yuri  
291 Rafael de Oliveira Trovão: “Item **10**, Receita de Compensação do SNUC  
292 do período de 2018 a 2021. Nós temos uma apresentação do IEF.” **11.**  
293 **CAMPOS RUPESTRES E FERRUGINOSOS. APRESENTAÇÃO: IEF.**  
294 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então no item 11, Campos  
295 Rupestres. Nós temos uma apresentação do IEF.” **DELIBERAÇÃO.**  
296 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então Senhores Conselheiros,



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

297 pelas minhas anotações aqui, a votação em bloco ocorre em relação ao  
298 item 5.2, Votorantin Metais SA, 6.1, Solaris Transmissão de Energia SA e  
299 8.1, Plano de Trabalho de 2021 para aplicação dos recursos advindos do  
300 Termo de Compromisso firmado entre a Vale e a Mineração Brasileira  
301 Unidas, instituto estadual do IEF em cumprimento da medida  
302 condicionante de licenciamento ambiental do empreendimento Mina  
303 Capão Xavier. Em votação. Esses 03 itens. Como vota a SEGOV?"  
304 Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues: "Voto favorável." Presidente  
305 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota a SEDE?" Conselheira  
306 Marianna Reis Victoria: "Voto favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
307 Trovão: "Como vota a SEINFRA?" Conselheiro Felipe Dutra de Resende:  
308 "Voto favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota  
309 CRBio?" Conselheira Juliana Ordones Rego: "Voto favorável." Presidente  
310 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota o IBAMA?" Conselheiro Junio  
311 Augusto dos Santos Silva: "Voto favorável." Presidente Yuri Rafael de  
312 Oliveira Trovão: "Como vota o CREA?" Conselheiro Emílio Elias Mouchrek  
313 Filho: "Voto favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como  
314 vota a FIEMG?" Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: "Favorável  
315 apenas registrando como de costume a discordância da FIEMG na dupla  
316 marcação da supressão de vegetação no item 5.2." Presidente Yuri Rafael  
317 de Oliveira Trovão: "Ok. Como vota CMI?" Conselheiro Adriano  
318 Nascimento Manetta: "O voto favorável com o mesmo registro de  
319 divergência quanto a dupla marcação no item 5.2." Presidente Yuri Rafael  
320 de Oliveira Trovão: "Ok. Como vota a AMDA?" Conselheiro Luiz Gustavo  
321 Nunes Vieira da Silva: "Voto favorável no item 5.2, impedido no 8.1 e  
322 contrário no 6.1 com a justificativa de que em descumprimento do artigo 17  
323 da Lei Federal 11.428/2006 não foi feita a análise das mesmas  
324 características ecológicas, colocando em risco o bioma Mata Atlântica."  
325 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Como vota a Relictos?"  
326 Conselheiro Edson Valgas de Paiva: "Favorável." Presidente Yuri Rafael  
327 de Oliveira Trovão: "A OAB-RS votou favorável pelo chat. Como vota a  
328 UEMG?" Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: "Voto favorável  
329 no 5.2 e 8.1 e contrário no 6.1 pelos mesmos motivos do Luiz Gustavo da  
330 AMDA." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então Senhores  
331 Conselheiros. Os três processos foram aprovados em relação ao item 5.2  
332 e 8.1 foram 12 (doze) votos favoráveis. Em relação ao item 6.1, foram 10  
333 (dez) votos favoráveis e 02 (dois) contrários, sendo que no item 8.1 teve



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

334 abstenção ainda do Conselheiro da AMDA. Na realidade foram 11 (onze)  
335 votos favoráveis.” **PROCESSOS EM DESTAQUE.** Presidente Yuri Rafael  
336 de Oliveira Trovão: “Assim eu passo para o item **5.1**, Organizações  
337 Francap SA, Fazenda São Francisco, retorno com a baixa em diligência.  
338 GCARF, quem vai falar pelo IEF?” Thiago Magno Dias Pereira,  
339 GCARF/IEF: “Bom dia, Presidente, bom dia a todos. Então no tocante a  
340 esse processo, nós fizemos um adendo. E nós retiramos um item que é o  
341 item de transformação de ambiente lótico em lêntico e refizemos os  
342 cálculos. O grau de impacto ficou em 0,4 % e o valor da compensação  
343 ambiental ficou em R\$ 115.772,80. E os argumentos que nós colocamos  
344 nesse adendo são aqueles mesmos que já havíamos falado lá na última  
345 reunião da CPB; E eles constam do adendo. Acho que é exatamente isso.”  
346 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço, Thiago. Em  
347 discussão com os Conselheiros. Não havendo, coloco em votação o item  
348 5.1, Organizações Francap SA, Fazenda São Francisco e Santo Antônio.  
349 Como vota a SEGOV?” Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues: “Voto  
350 favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a  
351 SEDE?” Conselheira Marianna Reis Victoria: “Voto favorável.” Presidente  
352 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEINFRA?” Conselheiro  
353 Felipe Dutra de Resende: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
354 Oliveira Trovão: “Como vota CRBio?” Conselheira Juliana Ordones Rego:  
355 “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota o  
356 IBAMA?” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Voto favorável.”  
357 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota o CREA?”  
358 Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Voto favorável.” Presidente Yuri  
359 Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?” Conselheiro Thiago  
360 Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
361 Trovão: “Como vota a CMI?” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta:  
362 “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a  
363 AMDA?” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Voto favorável.”  
364 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a Relictos?”  
365 Conselheiro Edson Valgas de Paiva: “Voto favorável.” Presidente Yuri  
366 Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a OAB-RS? Votou pelo chat,  
367 favorável. Como vota a UEMG?” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral  
368 Nascimento: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
369 “Então o item 5.1, aprovado por 12 votos favoráveis. Eu vou para o item  
370 7.1, prestação de contas relativo ao Parque Estadual do Rola Moça, nós



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

371 tínhamos aqui dois inscritos de forma independente. Senhor Marcos  
372 Landa. Senhor Marcos Landa está presente na sala de espera? O Senhor  
373 Marcos Landa é o mesmo que se inscreveu no item 03, provavelmente  
374 inscreveu por equívoco. Ele está inscrito no 9.1 também? Bem, ele não  
375 está na sala de espera. Nós tentamos entrar em contato com ele desde o  
376 item 03, não conseguimos, Senhor Marcos Landa. Nós tentamos entrar em  
377 contato com o senhor, caso o senhor esteja nos ouvindo e não  
378 conseguimos. Nós temos, nós não temos destaque por parte do Conselho,  
379 só havia, só o Senhor Marcos de forma independente. Sendo assim eu  
380 vou colocar em votação, já que nós não conseguimos entrar em contato e  
381 ele não entrou em contato conosco e também não está na sala de espera.  
382 Coloco em votação o item 7.1. Em votação o item 7.1. Como vota a  
383 SEGOV?" Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues: "Voto favorável."  
384 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota a SEDE?"  
385 Conselheira Marianna Reis Victoria: "Voto favorável." Presidente Yuri  
386 Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota a SEINFRA?" Conselheiro Felipe  
387 Dutra de Resende: "Voto favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
388 Trovão: "Como vota CRBio?" Conselheira Juliana Ordones Rego: "Voto  
389 favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota o  
390 IBAMA?" Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: "Voto favorável."  
391 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota o CREA?"  
392 Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: "Voto favorável." Presidente Yuri  
393 Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota FIEMG?" Conselheiro Thiago  
394 Rodrigues Cavalcanti: "Favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
395 Trovão: "Como vota a CMI?" Conselheiro Adriano Nascimento Manetta:  
396 "Voto favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "A OAB, a  
397 AMDA, Senhor Luiz Gustavo se deu por impedido. Como vota a Relictos?"  
398 Conselheiro Edson Valgas de Paiva: "Voto favorável." Presidente Yuri  
399 Rafael de Oliveira Trovão: "Como vota a OAB? Pelo chat, votou favorável.  
400 Como vota a UEMG?" Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento:  
401 "Voto favorável." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Luiz, eu falei  
402 aqui que o senhor já tinha se dado por impedido, o senhor quer se  
403 manifestar? Fica a critério do senhor." Conselheiro Luiz Gustavo Nunes  
404 Vieira da Silva: "Não, não, obrigado, Senhor Presidente." Presidente Yuri  
405 Rafael de Oliveira Trovão: "Ok. Então item 7.1 aprovado por 11 (votos)  
406 votos favoráveis e 01 (um) impedimento. Passamos para o item 9.2,  
407 Revisão do Plano de Manejo do Monumento Natural Gruta Rei do Mato.



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

408 Eu vou seguir aqui a sequência posta na nossa pauta. Vamos começar  
409 pelo Senhor Manetta. Pois não, o senhor tem 10 minutos, podendo ser  
410 prorrogado.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Senhor  
411 Presidente, no caso deste processo em particular. A gente não apresentou  
412 um parecer de vista escrito por motivo de concordância na íntegra com o  
413 conteúdo do Plano de Manejo. A gente acha que está bem feito, não  
414 merece reparo, então o posicionamento é no sentido da aprovação.”  
415 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok Manetta. Doutor Thiago.”  
416 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, são as mesmas  
417 considerações do Adriano Manetta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
418 Trovão: “Ok. Em discussão pelo Conselho. Algum destaque? Não havendo  
419 em votação o item 9.2. Como vota a SEGOV?” Conselheiro Leorges de  
420 Araújo Rodrigues: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
421 Trovão: “Como vota a SEDE?” Conselheira Marianna Reis Victoria: “Voto  
422 favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a  
423 SEINFRA?” Conselheiro Felipe Dutra de Resende: “Voto favorável.”  
424 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota CRBio?”  
425 Conselheira Juliana Ordones Rego: “Voto favorável.” Presidente Yuri  
426 Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota o IBAMA?” Conselheiro Junio  
427 Augusto dos Santos Silva: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
428 Oliveira Trovão: “Como vota o CREA?” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek  
429 Filho: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como  
430 vota a FIEMG?” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Favorável.”  
431 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a CMI?”  
432 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto favorável.” Presidente  
433 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a AMDA?” Conselheiro Luiz  
434 Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
435 Oliveira Trovão: “Como vota a Relictos?” Conselheiro Edson Valgas de  
436 Paiva: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como  
437 vota, a OAB está votando favorável aqui pelo chat. Como vota a UEMG?”  
438 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Voto favorável.”  
439 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O item 9.2 aprovado por 12  
440 (doze) votos favoráveis. Item **9.3**, Revisão do Plano de Manejo para uso  
441 público e zoneamento do Parque Estadual do Pico do Itambé. Vamos aqui  
442 na sequência. Conselheiro Manetta, o senhor tem 10 minutos.”  
443 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Senhor Presidente, no caso  
444 deste processo e do seguinte, a gente tem uma divergência metodológica



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

445 porque são alterações que se propõem apenas nas áreas de uso interno  
446 da unidade de conservação, sendo que há situações de conflito normativo  
447 ou de inadequação na zona de amortecimento e áreas externas. Mas de  
448 fato o que se propõe nas áreas internas me parece adequado e coerente.  
449 Então a divergência é apenas metodológica. Então também nesse sentido  
450 a gente entendeu por bem não trazer o parecer de vista escrito e  
451 posicionar pela abstenção, no caso deste processo, exclusivamente, por  
452 causa dessa divergência metodológica, por entender que não se deveria  
453 trabalhar apenas a porção interna do parque, mas corrigir a totalidade dos  
454 problemas que o Plano de Manejo contém abrangendo, também, a revisão  
455 da porção externa. Mas por essa razão a gente não trouxe um parecer  
456 escrito.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Doutor Thiago.”  
457 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente. Mesmas  
458 considerações do Adriano Manetta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
459 Trovão: “Ok. Em discussão pelo Conselho. Só ressaltando Senhores  
460 Conselheiros, mesmo que um Conselheiro não apresente o relato por  
461 escrito e, sim valeria como o parecer de vistas, é assegurado pelo  
462 Regimento Interno a sua manifestação. Então mesmo sem a  
463 apresentação, estou chamando os Conselheiros em obediência ao  
464 Regimento Interno. O quê que diferencia nesse caso de um parecer  
465 quando ele não é apresentado em tempo e modo, ele não servirá para  
466 efeitos de novo pedido de vista como fato novo. Quando ele apresentar de  
467 forma oral, mas a manifestação fica garantida. Não havendo destaque por  
468 parte do Conselho, coloco em votação o item 9.3, Revisão do Plano de  
469 Manejo para uso público e zoneamento do Parque Estadual do Pico do  
470 Itambé. Como vota a SEGOV?” Conselheiro Leorges de Araújo Rodrigues:  
471 “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a  
472 SEDE?” Conselheira Marianna Reis Victoria: “Voto favorável.” Presidente  
473 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a SEINFRA?” Conselheiro  
474 Felipe Dutra de Resende: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
475 Oliveira Trovão: “Como vota a CRBio?” Conselheira Juliana Ordones  
476 Rego: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como  
477 vota o IBAMA?” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Voto  
478 favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota o  
479 CREA?” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Voto favorável.”  
480 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota FIEMG?”  
481 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Thiago, FIEMG, abstenção em



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

482 razão da alteração do plano de manejo não ter avaliado alterações  
483 necessárias nas regras da zona de amortecimento.” Presidente Yuri Rafael  
484 de Oliveira Trovão: “Como vota CMI?” Conselheiro Adriano Nascimento  
485 Manetta: “Abstenção, também, em razão do plano de manejo não ter  
486 tratado também, da revisão não ter tratado também da zona de  
487 amortecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a  
488 AMDA?” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Favorável.”  
489 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a Relictos?”  
490 Conselheiro Edson Valgas de Paiva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael  
491 de Oliveira Trovão: “A OAB votou favorável pelo chat. Como vota a  
492 UEMG?” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Voto  
493 favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então item 9.3,  
494 aprovado por 10 (dez) favoráveis e duas, com 02 (duas) abstenções. Item  
495 **9.4**, Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Biribiri. Pois não  
496 Manetta, o senhor já falou, mas está garantida a manifestação.”  
497 Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Posicionamento é no mesmo  
498 sentido do processo anterior em divergência só metodológica, o que se  
499 propõe internamente a unidade de conservação a nosso ver adequado,  
500 porém não tratou da zona de amortecimento e, por isso, encaminhamos no  
501 sentido da abstenção.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.  
502 Doutor Thiago.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Presidente, as  
503 mesmas considerações do Adriano Manetta.” Presidente Yuri Rafael de  
504 Oliveira Trovão: “Algum destaque por parte do Conselho? Não havendo  
505 em votação o item 9.4, Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual  
506 do Beriberi. Como vota a SEGOV?” Conselheiro Leorges de Araújo  
507 Rodrigues: “Voto favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
508 “Como vota a SEDE?” Conselheira Marianna Reis Victoria: “Voto  
509 favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a  
510 SEINFRA?” Conselheiro Felipe Dutra de Resende: “Voto favorável.”  
511 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a CRBio?”  
512 Conselheira Juliana Ordones Rego: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael de  
513 Oliveira Trovão: “Como vota o IBAMA?” Conselheiro Junio Augusto dos  
514 Santos Silva: “Voto.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como  
515 vota o CREA?” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “Voto favorável.”  
516 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a FIEMG?”  
517 Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Abstenção em razão do plano  
518 de manejo não fazer alterações necessárias nas regras da zona de



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

519 amortecimento.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Como  
520 vota a CMI?” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Abstenção pelas  
521 mesmas razões.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a  
522 AMDA?” Conselheiro Luiz Gustavo Nunes Vieira da Silva: “Favorável.”  
523 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Como vota a Relictos?”  
524 Conselheiro Edson Valgas de Paiva: “Favorável.” Presidente Yuri Rafael  
525 de Oliveira Trovão: “A OAB votou favorável pelo chat. Como vota a  
526 UEMG?” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Voto  
527 favorável.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então o processo  
528 aprovado, item 9.4, plano de manejo por 10 (dez) votos favoráveis e duas  
529 abstenções.” **APRESENTAÇÕES.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
530 Trovão: “Passamos para o item 10 da nossa pauta, é uma apresentação e  
531 ele será realizada pelo IEF sobre a receita da compensação ambiental do  
532 SNUC no período de 2018 a 2021. A Doutora Renata vai fazer a  
533 apresentação. Com a palavra Renata.” Renata Lacerda Denucci,  
534 GCMUC/IEF: “Está me escutando? Bom dia Senhores Conselheiros. Para  
535 atendimento das demandas, apresentaremos as receitas oriundas da  
536 compensação ambiental SNUC e dados da compensação, da  
537 regularização fundiária. Nós pegamos os dados a partir de 2018 a 2021  
538 dentro do Governo conforme demanda. O total que nós temos no  
539 montante até 2021 são de R\$ 61.448.200,34. Os dados de 2021 eles  
540 estão computados até outubro. Eu acredito que a gente, nós chegaremos  
541 até os R\$ 30.000.000,00 porque a gente tem ainda alguns meses para ser  
542 computado. Eu vou fazer algumas considerações no próximo slide para  
543 explicar melhor sobre essa receita. Importante ressaltar que esses dados  
544 estão publicados no site da compensação SNUC. Então a primeira  
545 consideração é sobre o valor de 2020, que está bem menor em relação  
546 aos outros anos. E esse valor menor é fundamentado na dificuldade que  
547 nós tivemos com as assinaturas nos termos de compromisso no primeiro  
548 semestre em virtude da pandemia. E isso foi resolvido no segundo  
549 semestre quando nós publicamos a Portaria 77 colocando toda a  
550 compensação digital nos ajudou nas assinaturas de TCCA, nos ajudou na  
551 produtividade, esterilidade das compensações, então isso foi abarcado,  
552 todo esse problema foi abarcado nessa Portaria 77. Segunda  
553 consideração. Todos pareceres que são aqui deliberados na CPB estão  
554 publicados apresentando o valor da compensação e distribuição. Mas se a  
555 gente somar todos os valores dos pareceres dentro do ano, nunca vai dar



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

556 o mesmo valor da receita no mesmo ano. E por que acontece isso?  
557 Porque os pareceres deliberados a partir do segundo semestre, a maioria  
558 do recurso que está lá no parecer único, é computado no ano  
559 subsequente. Porque o Decreto 45.175 coloca a possibilidade pelo  
560 empreendedor de assinar até 60 dias o TCCA. E ele pode dividir até em 04  
561 parcelas. Ou seja, a gente recebe TCCA. Depois que recebe o TCCA  
562 ainda tem 30 dias para emitir o DAE, e pode financiar até 04 vezes, ou  
563 seja, o parecer aqui deliberado a partir de agosto, possivelmente vai  
564 aparecer na receita do ano seguinte. Então, isso tem que ser levado em  
565 consideração, porque vocês vão ver pareceres publicados com valor lá  
566 com a divisão, com tudo certinho, com tudo que foi deliberado aqui, mas  
567 se soma não dá o mesmo valor com esse site, que eu apresentei no  
568 primeiro slide. E terceira e última consideração importantíssima também.  
569 Todos os pareceres, alguns que foram deliberados aqui, que estão em  
570 processo de licença, LP, que é Licença Prévia, nós não podemos emitir o  
571 TCCA e emitir o DAE. Por quê? Porque isso é devido na fase de LI. Nós  
572 tivemos pouquíssimos, este ano acho que alguém teve mais ou menos uns  
573 dois processos na fase de LP, mas a gente fica aguardando a LI sair, que  
574 é a Licença de Implantação para sair, para elaborar o TCCA e emitir os  
575 DAE's. Outro questionamento que foi feito, que estamos aqui respondendo  
576 é se teve algum gasto com regularização fundiária com a receita oriunda  
577 da compensação SNUC. Tivemos um total de R\$ 126.000,00 e esse gasto  
578 foi somente em 2018. Muitos sabem aqui, isso é uma matéria que todo já  
579 sabe, a gente tem dificuldade na gestão desse recurso, porque esse  
580 recurso ele entra no caixa único do Estado e a gente tem dificuldade sim  
581 da gestão desse recurso, mas gostaria de apresentar aqui para vocês  
582 algumas entregas da regularização fundiária para mostrar que nós não  
583 ficamos na inércia mesmo com todas as dificuldades. Então as entregas  
584 que nós tivemos da regularização fundiária, que vocês participaram aqui  
585 conosco da contratação do serviço de Geo, a gente vai conseguir muitos  
586 registros com esse serviço de Geo que é da compensação minerária.  
587 Então assim, vou apresentar outros avanços em virtude dessa contratação  
588 dos serviços de Geo. Tivemos a publicação da Portaria Desapropriação. É  
589 uma participação entrega também que deve ser a diretriz para as regionais  
590 fazerem monta de processo. Então hoje as regionais eles têm uma diretriz,  
591 eles têm um passo a passo de fazer monta de processo. Essa portaria foi  
592 publicada esse ano e esperamos monta de processo em 2022 a partir das



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

593 orientações dessa portaria. Tivemos a criação da pasta de regularização  
594 fundiária na IDE. A gente apresentou aqui. Essa pasta está dando  
595 transparência e melhor comunicação com os empreendedores que querem  
596 fazer a compensação com o objeto doação de área. Tivemos estruturação  
597 da equipe. Hoje a gente tem uma equipe mais robusta na regularização  
598 fundiária, nos atendendo melhor as nossas atividades e as nossas lacunas  
599 que estavam abertas. Bom. Importante, qual que é a produtividade da  
600 realização fundiária, disso aqui tudo que eu estou falando? Os registros  
601 nos próximos meses que nós teremos. 6.000 hectares de áreas em Lagoa  
602 do Cajueiro, em dezembro nós teremos esse registro, já está em fase  
603 cartorial. Temos 2.000 hectares, próximo, mais ou menos, é até um pouco  
604 a mais em Pico do Itambé até março de 2022, nós teremos os registros. O  
605 plano de trabalho do Geo está fazendo, o trabalho de Geo lá no Pico do  
606 Itambé com o plano de trabalho da mineração e a gente estava na fase de  
607 emissão e o cartório pediu o Geo, que a gente conseguiu o registro e está  
608 sendo atendido agora. Tivemos emissão na posse em Biribiri de mais de  
609 12.000 hectares, eu coloquei redondo, deu 12.000, mas 12.700 hectares.  
610 Em relação as áreas devolutas, nós estamos arrecadando 890 hectares de  
611 áreas devolutas lá no Parque do Itacolomi. Nós já estamos na fase de  
612 assinatura de confrontação. Acredito que em janeiro a gente já tenha um  
613 registro dessa área. Temos ainda o Pico do Itambé com área devoluta,  
614 250 hectares com serviço de Geo da mineração, nós estamos já avançando  
615 para entrar com processo administrativo na SEAPA e arrecadar esses 250  
616 hectares de áreas. Esses 250 hectares de áreas estão computados nestes  
617 2.000 hectares aqui do Pico do Itambé. E tivemos 2.600 hectares de  
618 doação de área oriundos do processo de compensação deliberados aqui  
619 nesta câmara. Então tivemos um avanço de 2018 até 2021 significativo  
620 com arrecadação de áreas. 2021 tem 8.600 hectares eu computei aqui, os  
621 6.000 hectares de Lagoa do Cajueiro e mais 2.600 de processos de  
622 compensação, chegando no total de 8.600 hectares. Então é isso  
623 Senhores Conselheiros, agradeço a atenção de todos.” Presidente Yuri  
624 Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado Renata pela apresentação, pelas  
625 explicações. Com o Conselho, alguma ponderação? Dúvida? Alguma  
626 pergunta? Pois não Manetta? Conselheiro Adriano Nascimento Manetta:  
627 “Senhor Presidente, na verdade, não é uma pergunta, é uma constatação.  
628 É praxe nessa câmara, no COPAM, trazer essas apresentações tanto do  
629 resultado fundiário, das questões das unidades de conservação quanto da



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

630 aplicação de recursos. E eu me lembro que muitos anos, sei lá se são 08  
631 anos atrás, alguma coisa assim, foi feito uma apresentação dessa em  
632 plenária de COPAM que terminou com um outro Conselheiro já lá na  
633 época, o Eduardo Nascimento já batendo e dizendo é preciso cuidado com  
634 a narrativa. E hoje eu fico muito satisfeito de ver que não se trata de  
635 narrativa, já vai ser a segunda ou terceira vez que eu faço a mesma  
636 percepção positiva, progressivamente a cada ano, o IEF vem conseguindo  
637 atender melhor e de uma maneira, um passo de cada vez essa questão de  
638 regularização fundiária das unidades de conservação. Isso é fundamental.  
639 Toda unidade de conservação implica um custo de oportunidade. Alguma  
640 coisa, alguma atividade humana deixa de acontecer ali. Esperamos que  
641 para ser substituída por outra atividade humana bacana. Mas isso só  
642 acontece se as unidades tiverem regularizadas, se o Governo de fato  
643 estiver na posse e no gozo dessas unidades. Então esse processo é muito  
644 importante. O número trazido para esse ano impacta. São 86 milhões de  
645 metros quadrados, isso não é pouca coisa. E a gente faz votos de que  
646 esse processo continue. A percepção é de que devagar foi se conseguindo  
647 massificar essa coisa da regularização fundiária. Quanto mais essa  
648 massificação acontecer, mais perto a gente chega do fim para um dia a  
649 gente poder não mais dizer que as unidades no Estado de Minas são  
650 feitas só no papel. Que elas têm o prazer de dizer que elas são concretas,  
651 que elas atendem aos seus objetivos, que elas cumprem a finalidades  
652 turísticas, com finalidade de conservação, enfim. Então é só uma  
653 manifestação de elogio, que eu acho o resultado um bom resultado,  
654 principalmente pela consistência e coerência ao longo dos últimos anos.  
655 Caminha no sentido de se construir concretamente uma solução final.  
656 Acho isso muito positivo. Mas é isso.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
657 Trovão: “Agradeço a consideração Manetta. Pois não Conselheiro  
658 Alexandre.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Renata,  
659 muito obrigado viu? Pelo retorno, por trazer essas informações para a  
660 gente. Eu queria te perguntar no seguinte. A gente tem um panorama, a  
661 gente sabe o valor do passivo de regularização fundiária do Estado, ou se  
662 ao menos isso é uma demanda que essa empresa contratada  
663 eventualmente vai vir a satisfazer, a nos informar? E a outra questão é o  
664 seguinte, para definir as prioridades de regularização fundiária, há critérios  
665 que são considerados para priorização dessas áreas? Tais como enfim,  
666 graus de conflito, que possa existir na unidade de conservação. Ou até



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

667 mesmo o interesse de que aquela unidade venha a integrar uma futura  
668 concessão, enfim, haja o interesse de concessão em relação a  
669 regularização fundiária. Acho que são essas as minhas duas questões  
670 centrais. O valor do montante, do quanto é preciso cumprir de  
671 regularização e os critérios de definição de áreas prioritárias, quais são  
672 consideradas. Muito obrigado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
673 “Agradeço, Alexandre. Pois não Renata?” Renata Lacerda Denucci,  
674 GCMUC/IEF: “Você fez Senhor Conselheiro, duas perguntas. Primeiro  
675 sobre o nosso passivo a ser regularizado e segundo, se a gente tem  
676 critério de escolha para regularizar as áreas. Primeiramente eu respondo  
677 que o nosso passivo, nós temos somente 30% das áreas regularizadas.  
678 Nós temos aproximadamente 600 mil hectares e desses 600 mil hectares  
679 nós estamos avançando para cerca de 32% de áreas regularizadas. E a  
680 segunda pergunta sobe critérios, nós temos sim em outro momento, um  
681 momento oportuno a gente pode apresentar aqui, nós temos um contrato  
682 que é público para o Estado, o contrato com a Vale onde que nós teremos  
683 que administrar um recurso para regularização fundiária, está previsto R\$  
684 27.000.000,00, e nós fizemos sim uma planilha de critérios contemplando  
685 alguns itens que nos levaram a quatro unidades de conservação para esse  
686 recurso. Os demais a gente usa sim, critérios. Agora a nossa portaria se  
687 você ler a nossa portaria de desapropriação, todas as regionais elas vão  
688 trabalhar, elas irão trabalhar com monta de processo. E essa monta de  
689 processo, a partir do momento que for chegando, nós vamos colocar os  
690 critérios que está na portaria de desapropriação. Então nós estamos aqui  
691 para dar diretrizes e para dar apoio para as regionais. A partir do momento  
692 que foi chegando esses processos oriundos, que a gente vai ter que gastar  
693 com a nossa receita, é o critério da portaria já expresso. Está respondido?”  
694 Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Ah sim Renata,  
695 obrigado. Essa portaria que você comentou é a Portaria 27?” Renata  
696 Lacerda Denucci, GCMUC/IEF: “Exatamente. Portaria 27, desapropriação.  
697 Está no site da Regularização. Vocês podem conhecer o nosso site da  
698 Regularização. Nosso site da Regularização tem também um tutorial de  
699 acesso a IDE, onde tem muitas informações dos nossos imóveis, como foi  
700 colocado aqui. E tem também o nosso site do SNUC onde também tem  
701 essas informações que nós passamos hoje aqui para vocês.” Presidente  
702 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Obrigado Renata. Mais alguma pergunta  
703 por parte do Conselho? Mais uma vez agradeço a Renata pelos



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

704 esclarecimentos e parabenizo pela apresentação. Vencemos então o item  
705 10. Passamos para o item 11, Campos Rupestres e Ferruginosos.  
706 Apresentação vai ser pelo IEF. Quem vai fazer a apresentação? Pois não.  
707 Carol.” Ana Carolina, DIUC/SUPRAM: “Bom dia Conselheiros, tive um  
708 problema com o computador que eu estava usando, o áudio não estava  
709 abrindo. Me posiciono aqui no lugar do Presidente. Em atendimento a  
710 demanda do Conselheiro Alexandre, eu venho atender à solicitação a  
711 respeito dos campos rupestres e eu ressalto que eu vou trazer uma  
712 resposta formulada pelas equipes do IEF e SEMAD, mas já deixo aqui à  
713 disposição as nossas equipes para uma futura reunião, se for o caso, se  
714 restarem dúvidas e questionamentos. A gente fica à disposição,  
715 Conselheiro, para trazer clareza por meio de reunião ou de algum outro  
716 tipo de contato. Então eu vou fazer a leitura da resposta que foi formulada  
717 e ratificada lá no âmbito do IEF e SEMAD. Em resposta aos  
718 questionamentos sobre as mudanças e adequações do órgão ambiental  
719 frente as constatações de que campo rupestres, especialmente as  
720 ferruginosas, não estão sendo protegidos e são negligenciados pelo  
721 Estado, fato aventado no evento Diálogos com o SISEMA, realizado no dia  
722 07 de abril de 2021, IEF e SEMAD tem a informar o seguinte, as diretrizes  
723 seguidas nas unidades de regularização relacionadas aos processos de  
724 intervenção nas fitofisionomias inseridas no bioma Mata Atlântica estão  
725 alinhadas com os termos da Lei 11.428/2006 e do Decreto 6660/2008, os  
726 quais, inclusive, estabelecem os casos, estágios seccionais nos quais  
727 podem ocorrer as intervenções ambientais. Ademais, exatamente pelo fato  
728 acima exposto, a previsão de compensação na proporção de 2 para 1 para  
729 autorização quando da supressão de estágios seccionais de médio acima.  
730 Entretanto, apesar da possibilidade de melhorias e atualizações nas  
731 redações das atuais normativas ou aprimoramento da metodologia de  
732 controle das compensações florestais em Mata Atlântica, nosso atual  
733 objetivo é alcançar mais eficiência no monitoramento e na demonstração  
734 de dados relacionados a compensação e recuperação dos campos  
735 rupestres. Os estudos e propostas apresentados por órgãos externos ao  
736 governo, serão analisados no momento da adequação das normativas que  
737 será iniciada ainda em 2022. Depois de consolidada, poderemos  
738 apresentar a essa câmara, para que os Conselheiros possam fazer as  
739 suas contribuições. Então, Conselheiro, eu trago essa manifestação e  
740 coloco à disposição as equipes técnicas caso o senhor ainda tenha algum



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

741 questionamento, alguma consideração, nós nos colocamos a disposição  
742 para uma reunião, para um encontro, para uma conversa para trazer  
743 outros esclarecimentos que se fizerem necessário.” Conselheiro Alexandre  
744 Túlio Amaral Nascimento: “Ana Carolina, obrigado pelo retorno, pela  
745 resposta. Acho que como esperado na resposta evasiva. Mas, enfim, eu te  
746 pergunto como esse monitoramento de campos rupestres vem sendo feito.  
747 Você falou que há um monitoramento, mas o que gente vê aqui na CPB é  
748 que há uma perda contínua de campos rupestres ferruginoso. Eu não vou  
749 entrar na fala do Professor Carlos Schaefer, porque, enfim, nem tenho a  
750 propriedade que ele tem para falar do assunto. Mas eu acho que um ponto  
751 que ficou muito claro no Diálogos com o SISEMA, no dia 07 de abril, foi  
752 justamente que a Lei 11.428, a Lei da Mata Atlântica, de 2016, faz uma  
753 configuração geral dos biomas da Mata Atlântica, apresenta campos de  
754 altitude. Campos rupestres não são considerados pela lei. Eu acho que eu  
755 não preciso repetir o que já foi posto com muita propriedade de que o  
756 Estado não cumpre o papel de compensação, de proteção, de  
757 conservação de campos rupestres, muito pelo contrário. Então eu só quero  
758 reforçar o meu entendimento de que o Estado continua agindo de forma  
759 omissa e negligente em relação a conservação de campos rupestres,  
760 enquanto o Estado poderia estar fazendo de forma oposta, dando o  
761 modelo. Eu acho que, inclusive, aproveitando a fala dos professores nesse  
762 dia 07, inclusive é incentivando, fomentando, estimulando pesquisas e  
763 ações dessas empresas minerárias em restauração de campos rupestres,  
764 uma vez que a ciência indica que isso é factível desde que haja incentivos  
765 em pesquisa, e em estratégias, enfim, em caminhos para que isso  
766 aconteça e é algo que eu não vejo acontecer aqui. Nunca vi, inclusive, nos  
767 processos de compensação.” Ana Carolina, DIUC/SUPRAM: “Então,  
768 Conselheiro, nós acatamos as suas considerações e, conforme nós  
769 falamos, as normativas vão ser alteradas, revisadas a partir de 2022 com  
770 as considerações feitas, inclusive, pelo professor no Diálogos com o  
771 SISEMA. Todas as sugestões de melhoria e, inclusive, as que o senhor  
772 vem fazendo de forma recorrente aqui nessa câmara, também serão  
773 consideradas. Nesse sentido, eu peço que o senhor então, se possível, se  
774 só senhor quiser nos encaminhar por ofício, suas sugestões para que a  
775 gente já deixe isso registrado para o momento dessa revisão de normas,  
776 para que a gente considere e trabalhe até em conjunto com as suas  
777 considerações, porque é sempre muito bem-vindo. E o monitoramento, eu



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

778 não tenho aqui agora como lhe informar, como o senhor viu, eu falei que  
779 as equipes fizeram um conjunto, não se trata de uma equipe apenas  
780 DIUC, existem outras equipes envolvidas, mas eu posso enviar para o  
781 senhor as informações de como esse monitoramento é feito para que o  
782 senhor compreenda melhor esse processo e talvez a gente consiga sanar  
783 de vez essas dúvidas que o senhor tem em relação aos campos  
784 rupestres.” Conselheiro Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Obrigado.  
785 Não sei se eu estou atropelando, posso falar? Enfim, eu aguardo essas  
786 informações sobre monitoramento. Eu volto a colocar que eu não acho que  
787 não são nem questões que eu estou fazendo. São constatações mesmo e  
788 que eu tenho insistido nelas. E, enfim, fico aguardando essas informações  
789 sobre monitoramento. Acho que é uma questão importante, até para a  
790 gente contrapor com o que está sabidamente pela ciência, por grupos que  
791 trabalham com esses ecossistemas. E acho um lamento que a gente fique  
792 postergando essas adequações, ainda mais para um ano que vai ser um  
793 ano eleitoral, um ano de eleições. Mas eu gostaria que os meus  
794 comentários constassem em ata, tanto na sua apresentação, como na  
795 anterior, obrigado.” Ana Carolina, DIUC/SUPRAM: “Ok. Ok. Obrigada.”  
796 Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Eu gostaria de me  
797 manifestar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não  
798 Conselheiro Junio.” Conselheiro Junio Augusto dos Santos Silva: “Na  
799 verdade não é uma pergunta. É uma contribuição ao que o Alexandre  
800 definiu. Eu entendo a preocupação dele e devo dizer que apesar de  
801 movimentos externos tentando fazer procedimentos, digamos assim,  
802 flexibilizar procedimentos de determinados setores, o IBAMA tem  
803 trabalhado principalmente na emissão, na análise das situações de  
804 anuência para a supressão de vegetação de bioma Mata Atlântica e nós  
805 temos estabelecido em diversas condicionantes justamente o mapeamento  
806 de determinados espécies ameaçados quando nós identificamos que as  
807 peças vão ser suprimidas em determinado empreendimento minerário. Ou  
808 seja, existe a questão da compensação, obviamente que o Estado analisa,  
809 é atribuição do Estado. Não vou entrar no mérito dos questionamentos em  
810 relação a essa compensação, mas o que nós temos feito, a equipe do  
811 IBAMA tem se debruçado sobre isso, em relação a essa questão e quando  
812 nós identificamos nós estamos pedindo estudos de mapeamento.  
813 Recentemente nós estabelecemos uma condicionante para um  
814 empreendedor de fazer o mapeamento de uma determinada espécie que



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

815 tem ocorrência muito restrita em toda a área do quadrilátero ferrífero, ou  
816 seja, nesse caso a obrigação é fazer esse levantamento identificando.  
817 Porque as informações que nós tínhamos é que é uma espécie que  
818 existem poucos exemplares nas coleções dos herbários e, obviamente,  
819 depois da análise, depois que nós identificamos, nós estudamos, o estudo  
820 de impacto ambiental além das informações necessárias, permissão da  
821 anuência e a gente entendeu de maneira pertinente que essa  
822 condicionante, obviamente isso deve deixar claro. Eu gosto de usar o  
823 termo, não se faz mais do que a obrigação. É um termo que eu uso, é um  
824 mantra que eu sempre gosto de repetir, tanto na atividade familiar, mas  
825 quanto no trabalho. Eu entendo que nós não fazemos mais que a  
826 obrigação de solicitar que o empreendedor faça esses procedimentos.  
827 Além disso, ou seja, o IBAMA exige, faz exigência e o empreendedor  
828 obviamente nos apresenta a proposta de como vai ser esse programa de  
829 monitoramento, ou seja, de identificação daquela espécie em  
830 determinados fragmentos. Ou seja, quando a gente está tratando,  
831 digamos, o diploma da anuência, digamos, o instituto da anuência, a gente  
832 não está lidando só com aquela área que vai ser suprimida. Porque, às  
833 vezes, existe um entendimento equivocado de determinados setores e,  
834 obviamente, eu como técnico, além de eu ser responsável pela  
835 coordenação de biodiversidade e florestas do IBAMA em Minas Gerais, eu  
836 percebo que o empreendedor na verdade, ele às vezes ele: 'Olha, eu  
837 estou suprimindo aqui.', 'Estou pensando.', então é isso. E, na verdade, o  
838 entendimento é muito mais amplo. Quando você fala do bioma Mata  
839 Atlântica, você está falando na verdade e tem que se ressaltar isso, o  
840 conceito de bioma. Qual que é o conceito de bioma e por quê que a gente  
841 está tratando. Ou seja, obviamente que o campo rupestre está  
842 recepcionado. Ele é uma fitofisionomia no entendimento da legislação, ela  
843 compõe o bioma Mata Atlântica e nós achamos importante que quando  
844 são tratadas essas questões de supressão, desde que não haja vedações,  
845 obviamente, respeitando o que estabelece a Lei da Mata Atlântica, nós  
846 solicitamos e, se há supressão, eu entendo do ponto de vista técnico,  
847 salvo melhor juízo que é uma troca justa. Ou seja, o empreendedor vai  
848 envidar esforços de levantar a existência daquelas espécies ou daquela  
849 fitofisionomia em determinados fragmentos. Identificar e quantificá-los. E  
850 até do ponto de vista qualitativo através de um mapeamento. Ou seja, no  
851 entendimento é uma troca justa. E outra questão que eu quero levantar é o



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

852 seguinte, o IBAMA, na verdade, não existe a questão de estágio seccional  
853 para o campo rupestre ferruginoso. Isso é um tema de debate já amplo, o  
854 Professor Alexandre sabe disso. É uma questão complexa e nós estamos  
855 à disposição. Eu acho que de repente é interessante elaborar um  
856 seminário, talvez no próximo ano, e a gente sentar e se debruçar sobre  
857 isso com os especialistas, considerando os especialista, o setor minerário  
858 também que é óbvio, ele tem, digamos, os seus (trecho incompreensível)  
859 minerários justamente nessas áreas em que ocorrem essas fitofisionomias.  
860 Então eu acho que mais do que pertinente nós sentarmos e nos  
861 debruçarmos. Obviamente, não agiu de maneira estanque, porque de  
862 repente dá impressão que fica o poder público em um ponto, ou seja, nós  
863 seja IBAMA, IEF, SEMAD, a SUPPRI em determinado canto, a academia  
864 do outro, o empreendedor do outro lado. Eu acho que deve haver sinergia  
865 no entendimento disso e do trabalho que tem sido feito. É só o que eu  
866 gostaria de destacar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
867 “Agradeço a manifestação do Conselheiro. Mais algum?” Conselheiro  
868 Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Alexandre Nascimento.” Presidente  
869 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Pois não, Alexandre.” Conselheiro  
870 Alexandre Túlio Amaral Nascimento: “Junio, eu agradeço muito seus  
871 esclarecimentos sobre as anuências, compensação, enfim. E gostaria  
872 especialmente de reforçar a sua sugestão final. De que acredito que sendo  
873 aglutinado talvez pelo órgão ambiental ou pelo IEF, da importância de um  
874 seminário, de um evento, de uma estratégia que coloque na mesa os  
875 atores, interessados, envolvidos, a academia, os órgãos ambientais para  
876 que a gente possa de fato trazer à tona estratégias de conservação para  
877 campos rupestres, especialmente campos rupestres ferruginosos.  
878 Inclusive, de busca por incentivos, estratégias de pesquisa e ação de  
879 restauração desses ecossistemas. Mas só para deixar o registro do meu  
880 agradecimento ao colega.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok  
881 Conselheiro. Mais algum destaque. Ponderação? Chamamento? Eu  
882 agradeço a Carol pela apresentação, pelas explicações.” **12.**  
883 **ENCERRAMENTO.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Senhores  
884 Conselheiros, então nós vencemos a nossa pauta de hoje. Agora são  
885 10:34. Algum Conselheiro? Ah, desculpa, Mariana, não tinha visto a  
886 senhora levantando a mão. Pois não.” Conselheira Marianna Reis Victoria:  
887 “Eu levantei depois para acabar esse assunto da pauta. Na verdade, eu  
888 tenho uma dúvida quanto à próxima reunião. Você já tem previsão de



**Câmara de Proteção à Biodiversidade e de Áreas Protegidas (CPB)**  
**Ata da 66ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2021**

889 data?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Creio que dia 15, não é  
890 isso? Dia 15, Conselheira.” Conselheira Marianna Reis Victoria: “Obrigada.  
891 E parabéns a todos do IEF, da SEMAD pelas apresentações realizadas.”  
892 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradecendo os elogios. Mais  
893 algum Conselheiro? E Conselheira? Assim dou por encerrada a nossa  
894 reunião. Agradeço a presença de todos. Que Deus nos abençoe e tenham  
895 um bom dia. Até a próxima.”

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente suplente da Câmara de Proteção à**  
**Biodiversidade e de Áreas Protegidas**